

UMA ANÁLISE DA CADEIA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA NAS VÁRZEAS DE SOUSA-PB: UM ESTUDO COM OS PEQUENOS PRODUTORES

RESIDUAL EFFECT OF THE FERTILIZATION ON YIELD OF LETTUCE AND BEET IN SUCCESSIVE CULTIVATION

Wellington Ferreira de Melo^{1*}, Ricardo Schmidt Filho², Roberta Trindade Martins Lira³, Antonio Marcelo Cavalcanti Novaes⁴, José Ribamar Marques de Carvalho⁵.

Resumo: Analisa e descreve a cadeia de produção agrícola nas Várzeas de Sousa, na Paraíba, através de estudo com os pequenos produtores. O Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa – PIVAS é de responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, embora gerenciado pelo Governo do Estado da Paraíba, e abrange uma área de 6.335,74 hectares, e alcançando os municípios de Sousa e Aparecida. Dessa área total, 992,53ha são divididos em 178 lotes designados a pequenos produtores agrícolas. O objetivo da pesquisa foi analisar a cadeia produtiva agrícola desses produtores com base em três grupos de dados: indicadores socioeconômicos, aspectos ambientais e produção. O estudo tomou como aporte teórico os ensinamentos de Batalha (2010) e ainda fundamentou a discussão dos resultados com base em outros autores especializados no setor agroindustrial brasileiro. Consideração conclusiva, os pequenos produtores foram assistidos e ao mesmo tempo abandonados pelas políticas públicas dos Governos Federal e Estadual.

Palavras-chave: Agroindústria; Cadeia de Produção; Várzeas de Sousa.

Abstract: Analyzes and describes the chain of agricultural production in Wetlands de Sousa, Paraíba, through the study of small producers. The Irrigated Perimeter Wetlands de Sousa – PIVAS is the responsibility of the Ministry of National Integration, although managed by the State Government of Paraíba, and covers an area of 6.335.74 hectares, and reaching the municipalities of Sousa and Aparecida. This total area, 992.53 ha are divided into 178 lots intended for small farmers. The objective of this research was to analyze the production chain of agricultural producers based on three sets of data: socioeconomic, environmental and production. The study took as the theoretical teachings of Batalha (2010) and further substantiate the discussion of results based on other authors specialized in brazilian agribusiness. Conclusive consideration, small farmers were assisted and at the same time abandoned by public policies of the Federal and State Governments.

Keywords: Agribusiness; Production Chain; Wetlands de Sousa.

1 INTRODUÇÃO

Na década de sessenta, norte-americanos e franceses já discutiam os problemas concernentes aos sistemas agroindustriais. Apenas no final dos anos oitenta a academia e o mercado brasileiro passaram a estudar e a desenvolver instrumentos gerenciais para o agronegócio nacional.

País-continente, o Brasil apresenta um sistema agroindustrial diverso e peculiar. As características regionais ampliam os desafios na elaboração de políticas setoriais públicas e privadas. Dentre outras variáveis, o nível de competitividade do mercado globalizado impõe a necessidade de atuar com eficiência em todos os estágios das cadeias de produção.

De responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, o Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa – PIVAS, objeto desse trabalho, é gerenciado pelo Governo do Estado da Paraíba e abrange uma área de 6.335,74 hectares, alcançando os municípios de Sousa e Aparecida. Dessa área total, 2.309,16ha são divididos em 18 lotes

destinados a empresas e 992,53ha repartidos em 178 lotes designados a pequenos produtores.

Tomando como aporte teórico os ensinamentos de Batalha (2010), o estudo fundamentou, dissertou e discutiu, com base também em outros autores especializados no setor agroindustrial brasileiro, quanto à realidade dos 178 pequenos produtores agrícolas do PIVAS. Para tanto, o objetivo da pesquisa foi analisar a cadeia produtiva agrícola desses produtores descrevendo os dados em três grupos de variáveis: indicadores socioeconômicos, aspectos ambientais e produção.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Uma das primeiras definições de agronegócio (*agrobusiness* ou *agribusiness*), adotada por inúmeros pesquisadores brasileiros, revistas e plataformas de internet especializadas, data de 1957 e foi enunciada por John Davis e Ray Goldberg, pesquisadores da Universidade de Harvard: agronegócio é “a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos

*autor para correspondência

Recebido para publicação em 06/07/2012; aprovado em 12/10/2012

¹ Administrador. Mestrando em Sistemas Agroindustriais. E-mail: wellingtonabcd@gmail.com*

² Economista. Doutor em Desenvolvimento Econômico. E-mail: ricardo@ccta.ufcg.edu.br

³ Economista. Mestre em Gestão Educacional. E-mail: robertatrindademlira@hotmail.com

⁴ Sociólogo. Doutor em Sociologia. E-mail: cavalcantinovaes@gmail.com

⁵ Contabilista. Doutorando em Recursos Naturais. E-mail: profribamar@gmail.com

agrícolas, das operações de produção de unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição de produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles”.

Os termos Sistema Agroindustrial, Complexo Agroindustrial, Cadeia de Produção Agroindustrial e Agronegócio provocam embaralho no cenário brasileiro. Cada um deles representa espaço de análise distinto e se propõe a diferentes objetivos, apesar de relacionados a uma mesma questão: análise do Sistema Agroindustrial. Deste modo, o Sistema Agroindustrial pode ser considerado como um conjunto de atividades que concorrem para a produção de produtos agroindustriais e Complexo Agroindustrial seria a transformação da matéria-prima principal que o originou, através de diversos processos industriais e comerciais, até a derivação em diferentes produtos finais (BATALHA, 2010).

O mesmo autor (2010, p. 6), citando Morvan (1998), distingue três séries relativas às definições do conceito de cadeia de produção, quais sejam:

1. A cadeia de produção é uma sucessão de operações de transformação dissociáveis, capazes de ser separadas e ligadas entre si por um encadeamento técnico;
2. A cadeia de produção é também um conjunto de relações comerciais e financeiras que estabelecem, entre todos os estados de transformação, um fluxo de troca, situado de montante a jusante, entre fornecedores e clientes;
3. A cadeia de produção é um conjunto de ações econômicas que presidem a valoração dos meios de produção e asseguram a articulação das operações.

Conforme ajuíza Robbins (2000), é o planejamento que aponta a direção. No contexto das cadeias produtivas, reduzindo a sobreposição e as atividades inúteis e estabelecendo objetivos ou padrões que facilitem o controle, esse processo de planejamento pode ser aplicado ao coordenar os esforços conjugados, reduzir as incertezas e suavizar o impacto das mudanças.

Não basta, entretanto, projetar apenas o viés unilateral do lucro, pois é forçoso planejar as práticas econômicas associadas à sustentabilidade ambiental, conforme notabilizado termo do Informe Brundtland (1987): “satisfazer as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (CALDERONI, 2004).

Ainda tendo como referência Calderoni (2004, p. 594), os princípios da sustentabilidade são:

- Gerenciamento integral através da articulação entre poder público,

produtores e demais seguimentos da sociedade;

- Cooperação interinstitucional entre os órgãos da União, do Estado e dos municípios;
- Gradação de metas ambientais com estabelecimento de etapas a serem cumpridas;
- Racionalidade no processo de gerenciamento, otimizando as ações e reduzindo os custos.

Segundo Neves (2011, p.46), “para competir é preciso investir em pesquisa e novas soluções permanentes”. A afirmativa é justificada com a apresentação de seis bases extraídas de um projeto da União Europeia lançado em 2007, na Dinamarca, com o objetivo de aperfeiçoar a qualidade e a competitividade dos produtos de carne suína, uma das maiores cadeias produtivas do mundo.

Liderado pela Universidade de Copenhagen, com 51 parceiros de 16 países europeus e 5 não europeus, entre eles o Brasil, o referido projeto de pesquisa integrativo, com visão de cadeia produtiva, dimensiona, conforme Neves (2011): análise de mercado e do consumidor; diversidade, flexibilidade e sustentabilidade de sistemas de produção nas fazendas; desenvolvimento de produtos em termos de qualidade, nutrição e conveniência; coordenação da cadeia produtiva, integração e gestão sustentável; projetos piloto e de demonstração; educação, treinamento e disseminação do conteúdo.

De acordo com Batalha (2009, p.306), quatro conjuntos de fatores condicionam o desenvolvimento rural:

[...] os incentivos que os produtores têm para investir e produzir; a disponibilidade de recursos, particularmente terras, água, mão-de-obra, capital e tecnologia, que determina o potencial de produção; o acesso aos mercados, insumos, informações e serviços, que influi de forma decisiva na capacidade efetiva de produção; e, finalmente, as instituições, que influenciam as decisões dos agentes e inclusive sua capacidade, possibilidade e disposição para produzir.

Dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no último dia 03 de junho, revelam que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 1,3% no primeiro trimestre de 2011 em relação aos últimos três meses imediatamente anteriores. O maior destaque foi à agropecuária com um crescimento de 3,3% no volume do valor adicionado, seguida da indústria com um avanço de 2,2% e dos serviços com uma elevação de 1,1%. Em relação ao primeiro trimestre de 2010 a agropecuária brasileira cresceu 3,1%.

Em arremate a discussão desenvolvimentista no setor agrícola do agronegócio brasileiro, Batalha (2009, p.361) aponta os desafios do país sob três aspectos:

Do ponto de vista econômico, o grande desafio da política agrícola é promover a reestruturação do aparelho produtivo para que, no contexto atual, este possa assegurar o crescimento sustentável da economia brasileira, gerando a riqueza necessária para atender à demanda da população. Do ponto de vista social, o grande desafio é superar as graves carências que atingem parte significativa da população brasileira. Do ponto de vista político, o principal repto é estender a cidadania aos milhões de brasileiros.

Dos conceitos e ponderações expostos, infere-se que o planejamento é ferramenta indispensável e inerente ao êxito do *agribusiness*, seja no Brasil ou em qualquer outra parte do globo. Oliveira (2002) ensina que é oportuno definir planejamento como um processo para o alcance de uma situação desejada de modo eficiente, eficaz e efetivo, que esse processo de planejar envolve um *modo de pensar* que resulta no encadeamento de questionamentos sobre o que fazer, como, quando, quanto, para quem, por que, por quem e onde (*grifos originais*).

3. AS VÁRZEAS DE SOUSA

O Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa – PIVAS é gerenciado pelo Governo do Estado da Paraíba. Fincado na Bacia Sedimentar do Rio do Peixe, na caatinga do sertão, no semiárido brasileiro, de clima tropical quente de seca acentuada, o perímetro investigado abrange uma área de 6.335,74 hectares e alcança os municípios de Sousa e Aparecida.

Da área total, 2.309,16ha (divididos em 18 lotes - 10 licitados e 08 a serem licitados) são destinados a empresas e 992,53ha (divididos em 178 lotes) são designados a pequenos produtores. Para igual fim, atividade agroalimentar, 01 lote com 1.007,00ha foi reservado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra para o assentamento (não implantado) de 141 famílias. Ainda, 1.267,18 hectares (09 áreas) são

dedicados à reserva legal; 206,37ha são considerados área de preservação permanente; e 405,84ha compreendem áreas de infraestrutura e afins. 13 lotes foram avaliados de baixa aptidão para irrigação e respondem por 65,56ha de todo o projeto.

Na esfera científica, o PIVAS contempla: a Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba - Emepa desenvolve projetos em 02 lotes com 30,00ha; a Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas - Empasa administra 01 lote com 14,64ha; o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB utiliza 01 lote com 10,00ha; e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa negocia 01 lote com 27,16ha.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adotou método exploratório e descritivo. Os dados foram coletados, entre os dias 22 de abril e 01 de maio de 2012, pela aplicação de questionário a uma população de 30 agricultores, sorteados aleatoriamente entre os 178 pequenos produtores do PIVAS, sendo respeitada proporção de 05 amostras para cada 01 um dos 06 setores do perímetro (embora virtualmente sejam relacionados 07 setores). As informações foram divididas em três grupos: indicadores socioeconômicos, aspectos ambientais e produção. Os dados foram analisados estatisticamente e confrontados com a bibliografia especializada.

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme metodologia empregada, o instrumento exploratório de coleta subdividiu e descreveu os dados em três grupos de variáveis: indicadores socioeconômicos, aspectos ambientais e produção.

5.1 Indicadores Socioeconômicos

Entre os indicadores socioeconômicos dos pequenos produtores das Várzeas de Sousa, foram investigados aspectos relacionados à idade, estado civil, tempo de trabalho com a atividade agrícola, renda e fontes alternativas, escolaridade, entre outros referentes, conforme Quadro 1.

Quadro 1. Indicadores Socioeconômicos

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS			
Idade		Tempo que trabalha na agricultura	
21 a 30 anos	10%	11 a 20 anos	20%
31 a 40 anos	23%	21 a 30 anos	20%
41 a 50 anos	27%	31 a 40 anos	20%
51 a 60 anos	37%	41 a 50 anos	40%
Mais de 61 anos	03%	Mais de 51 anos	00%
Sexo		Estado civil	
Masculino	77%	Casado (a)	93%
Feminino	23%	Viúvo (a)	03%
Escolaridade		Solteiro (a)	
Não sabe ler	10%	Participa de alguma associação de classe	
Apenas assina	27%	Sim	67%
Fundamental I incompleto	23%	Não	33%
Fundamental I completo	20%	É filiado a algum sindicato rural	
Fundamental II incompleto	03%	Sim	63%
Ensino Médio completo	17%	Não	37%
Possui renda não-agrícola*		Vende mão de obra para empresa da região	
Sim	73%	Sim	30%
Não	27%	Não	70%
Possui o título de posse do lote		Participa de feiras ou eventos relacionados	
Sim	17%	Sim	27%
Não	83%	Não	73%

* Dos 73% dos investigados que declararam possuir alguma renda não-agrícola, 46% são beneficiários de alguma bolsa ou programa assistencial do Governo Federal.

Callado (2011, p. 34) elucida que “o agronegócio é um grande absorvedor de mão de obra no Brasil e no mundo, tendo pessoas qualificadas, semiquilificadas e, muitas, quase sem qualificação alguma”.

A faixa etária aponta que 67% da população indagada está acima dos 40 anos, enquanto que apenas 10% encontra-se entre 21 e 30 anos de idade, denunciando envelhecimento dos produtores, dificuldade em manter os jovens na lida agrícola e pouco interesse desses últimos no setor. O tempo de atividade no campo acompanha essa direção: 60% dos entrevistados atua no setor na faixa entre 50 a 31 anos, enquanto que apenas 20% tem entre 20 e 11 anos de atividade.

Para Zuin e Queiroz (2006, p. 253), “em um mundo globalizado, a gestão competente dos processos produtivos, bem como a inovação constante dos produtos e processos são imperativos para a sobrevivência.” Sob esse prisma, o baixo perfil educacional dos pequenos produtores é indicador da existência de barreiras culturais para a aceitação e para a adaptação as novas tecnologias, bem como para a gestão dos processos de inovação. Em síntese, os dados revelam que 10% da população inquirida não sabe ler, 50% não conseguiu concluir o Ensino Fundamental I e apenas 17% concluiu o Ensino Médio. Desses, 77% são do sexo masculino e 23% são do sexo feminino, sendo que 93% são casados, 4% são solteiros e 3% viúvos.

A imagem de um lugar muito pobre e habitado por muita gente, entre elas muitas crianças, vem à mente de muitas pessoas quando indagadas sobre o que é um estabelecimento agrícola familiar. A essa tela mental acrescenta-se o uso de ferramentas de baixa tecnologia na atividade (ABRAMOVAY, 1998). Embora a sentença do senso comum não condiga com a realidade absoluta, a imagem no ideário popular resulta de contextos como o vivenciado pelos pequenos das Várzeas de Sousa.

Do universo examinado, 83% dos pequenos produtores ainda não recebeu o título de posse do lote em que reside e no qual procura produzir. O resultado desse processo gerado pela burocracia é a ausência da regularidade fundiária para garantir a contratação de empréstimos para o custeio da produção junto a instituições financeiras. Consequência direta desse lapso do poder público e da falta de retorno financeiro da prática agrícola, 30% dos “candidatos a produtores” se veem obrigados a vender a própria mão de obra para empresas da região ou para outros produtores das Várzeas, e 73% possui alguma renda não-agrícola. Desses últimos, 46% são beneficiários de alguma bolsa ou programa assistencial do Governo Federal, enquanto que os demais têm em casa aposentados, pensionistas, prestadores ou servidores públicos em prefeituras da região.

Não menos importantes, os dados também revelam que 67% da população pesquisada participa de alguma associação de classe, embora nem todos ativamente, e que

apenas 63% é afiliada a algum sindicato rural – caracterizando que 37% poderá, possivelmente, ter problemas futuros aos buscar benefícios previdenciários junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) se tal situação não for regularizada junto a algum sindicato.

Com referências a participação em feiras ou eventos relativos à agricultura, 73% não participa ou nunca participou desses, reforçando a resistência gerada pela baixa escolaridade aos processos de inovação e qualificação dos processos produtivos e de comercialização e ainda a ausência, ou pouca eficácia, de políticas públicas e parcerias privadas que insiram ou atraiam esses produtores para a discussão quanto ao conhecimento técnico e a inovação tecnológica e para o

debate sobre os rumos do agronegócio na Paraíba, na região Nordeste, no Brasil e no mundo. Callado (2011, p. 57) ensina que é preciso ter postura “apoiada numa perspectiva reflexiva de aprendizagem, em que o aprender a aprender signifique continuar aprendendo de forma autônoma, criativa e duradoura”.

5.2 Aspectos Ambientais

A investigação dos aspectos ambientais reuniu dados relativos à conservação do solo, ao método de controle na unidade produtiva, ao uso e tratamento da água, ao esgotamento sanitário e ao destino do lixo domiciliar, de acordo com disposição no Quadro 2.

Quadro 2. Aspectos Ambientais

ASPECTOS AMBIENTAIS			
A conservação do solo é feita pelo uso de		Método de controle utilizado	
Práticas biológicas	00%	Biológico*	17%
Práticas mecânicas	70%	Agrotóxico*	50%
Nenhuma prática	30%	Nenhum	43%
Faz uso de fogo		Tratamento da água para consumo humano	
Sim (apenas na derrubada)	30%	Fervida, filtrada ou cloro**	53%
Não	70%	Usa água mineral	03%
O destino do lixo domiciliar		Nenhum	
Queimado***	87%	O destino dos dejetos humanos	
Enterrado***	23%	Jogados a céu aberto	07%
Levado ao lixão da cidade***	07%	Fossa ou esgotamento	90%
Jogados, no lote, a céu aberto	00%	Enterrados	03%

* Alguns produtores utilizam tanto métodos biológicos quanto agrotóxico.

** Cloro igual a hipoclorito de sódio.

*** Alguns produtores realizam mais de uma prática para o destino do lixo domiciliar.

Dissertando quanto à importância da tecnologia agrícola para a transformação de sistemas produtivos mais sustentáveis, Batalha (2010, p. 666) esclarece que “tecnologias limpas, classificadas na literatura como sustentáveis, podem simultaneamente proporcionar conservação ambiental e sistemas econômicos mais justos”. No arcabouço dessa reflexão, o autor relaciona os efeitos nocivos dos desmatamentos, da exaustão dos solos, da poluição das águas e a preocupação com a saúde dos trabalhadores rurais.

Nas Várzeas de Sousa, a realidade dos pequenos produtores revela que a água para consumo humano é fervida, filtrada ou recebe hipoclorito de sódio por 53% dos investigados, 03% faz uso de água mineral e 44% não adota ou não tem acesso a nenhuma forma de tratamento do líquido. Desses, 3% enterra os dejetos humanos, 7% deixa a céu aberto e 90% destina às fossas. O destino do lixo doméstico também pode variar e um mesmo produtor adota uma ou mais práticas: 7% leva a cidade, 23% enterra e 87% queima.

Arcaicos e prejudiciais, ou não sustentáveis, são os métodos utilizados para a conservação do solo e para o controle de pragas na unidade produtiva. Nenhuma prática biológica é adotada para a conservação do solo na área

objeto de estudo e 70% dos investigados fazem usos de práticas mecânicas para esse fim. Durante a derrubada (desmatamento) 30% dos agricultores declarou fazer uso de fogo e 70% admitiram jamais promover queimadas.

Outro dado preocupante é o uso de agrotóxicos por parte de 50% dos produtores, apenas 17% faz uso de alguma tecnologia biológica e 43% não usa nenhuma técnica. Batalha (2010) argumenta que ao adotar práticas nocivas os insumos tornam-se mais caros e os preços dos produtos caem. Para o autor, exemplos de práticas agrícolas sustentáveis e de baixo uso de insumos externos são: “compostagem, adubação verde, fertilização mineral, cultivo mínimo, intercalação de plantas, agricultura integrada com a criação de animais, cultivo mínimo, plantio direto e outras”. Ainda quanto a essa discussão, Araújo (2010, p. 64) ensina que “as tecnologias são desenvolvidas para cada realidade local, regional e cultural e, muito provavelmente, não são de uso universal”.

5.3 Produção

“Em qualquer empreendimento rural, a primeira questão que se coloca é qual ou quais serão os produtos a

serem produzidos e em quais quantidades, tendo em vista os recursos disponíveis e o retorno desejado” (BATALHA, 2010).

O Quadro 3 apresenta os resultados relativos aos processos de financiamento, culturas e comercialização dos sistemas de produção dos pequenos produtores das Várzeas de Sousa.

Quadro 3. *Produção*

PRODUÇÃO			
O lote produz		Realizou algum empréstimo para produção	
Sim	90%	Sim	37%
Não	10%	Não	63%
A atividade agrícola		<i>(Se 'sim') Em qual instituição financeira</i>	
Dá prejuízo	13%	Banco do Nordeste do Brasil	91%
Apenas cobre os custos	57%	Prefeitura Municipal de Sousa	09%
Pouco lucrativa	20%	<i>(Se 'sim') Encontra-se em</i>	
Lucrativa	10%	Em carência	91%
Muito lucrativa	00%	Em dia	09%
A principal cultura plantada		Procurou e não teve acesso a crédito por	
Banana	57%	Falta de garantia	42%
Coco	43%	Burocracia ou falta de projeto	58%
A segunda cultura mais plantada		Existe agroindústria própria ou comunitária	
Banana	36%	Sim	00%
Coco	32%	Não	100%
Goiaba	14%	A produção é comercializada	
Milho	07%	Apenas em Sousa	36%
Feijão	04%	Em Sousa e na Paraíba	61%
Limão	04%	Em vários Estados do Nordeste	03%
Outros	03%		
O comercializado recebe embalagem			
Sim	04%		
Não	96%		

Com 90% dos lotes produzindo, apenas 10% dos produtores considera a atividade como lucrativa e 20% como pouco lucrativa. Para 57% a produção apenas cobre os custos e 10% considera que a prática agrícola gera prejuízo. Pereira (1996, *apud* Callado 2011, p. 96) avalia que “os custos relativos às atividades agrícolas são de difícil gerenciamento por enfrentarem fatores incontroláveis, tais como o clima, pragas, doenças e adequação do solo”.

Batalha (2010, p. 354) afirma que “o processo de determinação do que produzir é interativo e sua dinâmica é função das alterações de mercado, evolução tecnológica, substituição das matérias-primas e concorrência”. Sem assistência ou acompanhamento técnico especializado, fazendo escolhas com base na experiência de vida junto ao mercado, 57% dos agricultores optaram, como primeira cultura, pelo cultivo da banana e 43% pelo coco. Seguindo essa ordem, a escolha da segunda cultura a ser plantada elegeu a banana com 36%, o coco com 32% e a goiaba com 14%. O milho, o feijão, o limão e outras aparecem em percentual menor na sequência. No caso de culturas perenes (como a banana e o coco), Batalha (2010) ensina que há um período de formação do empreendimento e o retorno pode ser nulo ou mínimo, sendo que é necessário considerar os períodos de descanso e recomposição do

solo. No contexto das Várzeas de Sousa, muitos prejuízos são gerados em relação às culturas permanentes por períodos de cheias e inundações provocados por fortes precipitações pluviométricas.

Dificuldade comum aos pequenos produtores investigados, apenas 37% obteve acesso ao crédito para financiamento da produção e 91% desses eleitos junto ao Banco do Nordeste do Brasil. Dos 63% que não conseguiram crédito, 42% culpavam a impossibilidade de ofertar garantias às instituições financeiras, uma vez que ainda não receberam o título de posse do lote, e 58% condenaram a burocracia como barreira determinante para as tentativas frustradas de financiamento. Outra variável que merece reflexão é, pelo perfil socioeconômico dos entrevistados, a aversão ao risco.

97% da comercialização da produção é canalizada junto a atravessadores ou comerciantes do município de Sousa ou do alto sertão paraibano. Esse aspecto denuncia o despreparo e a falta de perspectivas dos pequenos produtores. Houvesse agroindústrias no perímetro, particulares ou comunitárias, seria possível agregar valor a produção e não vender o produto *in natura*, apenas.

O simples engarrafamento da água do coco, por exemplo, agregaria mais valor a produção, eliminando o intermediário que muitas vezes conduz a produção direto

a uma agroindústria, e implantaria o agricultor no agronegócio ao possibilitar a representação ou distribuição do produto agroindustrializado direto a atacadistas, pontos de venda ou mesmo para exportação.

Segundo Zuin e Queiroz (2006), é preciso inovar e duas rotas podem ser seguidas nesse sentido: a aquisição de novos processos de fontes externas e o esforço em atividades criativas para melhorar os produtos, os processos ou os serviços.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pequenos produtores agrícolas do Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa – PIVAS, localizado nos municípios de Sousa e Aparecida, no interior do Estado da Paraíba, com base nos dados colhidos e analisados nesse artigo, foram assistidos e ao mesmo tempo abandonados pelas políticas públicas dos Governos Federal e Estadual.

Foram assistidos no instante em que contemplados pelo processo de seleção tiveram direito e acesso aos lotes para cultivo e abandonados quando não recebem (83% deles) o título de posse fundiária e não têm, consequência desse esquecimento, acesso a crédito para financiamento da produção porque não podem apresentar garantias as instituições financeiras de fomento ao agronegócio e por tabela não conseguem produzir porque mal conseguem arcar com os custos de manutenção dos lotes.

Somada a essa mendicância pela legalização e pelo crédito, os agricultores, mergulhados em práticas e convicções arcaicas, também não têm acesso à assistência técnica e, conforme análise e discussão apresentada, não acompanham o avanço da agricultura e dos processos de produção, agroindustrialização e comercialização do agronegócio no Brasil e no mundo.

Estudo futuro, análise das políticas públicas relacionadas ao Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa – PIVAS será valiosa contribuição à ciência, a sociedade e a economia.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. – São Paulo, Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamento de Agronegócios**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BATALHA, Mário Otávio (Coord.). **Gestão agroindustrial: GEPAI: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais**. Vol.1. 3.ed. São Paulo: Atlas 2010.

BATALHA, Mário Otávio (Coord.). **Gestão agroindustrial: GEPAI: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais**. Vol.2. 5.ed. São Paulo: Atlas 2009.

CALLADO, Antônio André Cunha (Coord.). **Agronegócio**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CALDERONI, Sabetai. Economia ambiental. In: PHILIPPI JR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet. **Curso de Gestão Ambiental**. São Paulo: Manole, 2004.

MORVAN, Y. Fondements d'économie industrielle. Paris: Economica, 1988. *Apud* BATALHA, Mário Otávio (Coord.). **Gestão agroindustrial: GEPAI: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais**. Vol.1. 3.ed. São Paulo: Atlas 2010.

NEVES, Marcos Fava. **Agronegócios e desenvolvimento sustentável: uma agenda para a liderança mundial na produção de alimentos e bioenergia**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 17.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ROBBINS, Stephen Paul. **Administração: mudanças e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2000.

ZUIN, L. F. S.; QUEIROZ, T. R. **Agronegócios: gestão e inovação**. São Paulo: Saraiva, 2006.